Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2017. CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO BALÉ DA CIDADE DE TERESINA, CNPJ Nº 06.696.682/0001-03. REPRESENTADA NESTE ATO Pela Sra. FRANCISCA DAS CHAGAS SILVA, CPF nº 600.364.323-42. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA MONSENHOR CHAVES. DO OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência de que trata a Cláusula DÉCIMA PRIMEIRA do Contrato n° 002/2017. DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência de que trata a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA do Contrato supramencionado, fica prorrogado do dia 18 de maio de 2021 até o dia 31 de dezembro de 2021. - DOS PLANOS E DOS RECURSOS FINANCEIRO. O valor global que se trata a Cláusula Quinta do Contrato de Gestão nº 002/2017 fica alterado para R$1.329.993,56 (um milhão, trezentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos). Tendo em vista a modificação do Plano de Trabalho do referido contrato, que tem como objetivo promover o desenvolvimento das áreas culturais e sociais através da promoção de atividades artísticas no Município de Teresina, através do apoio as atividades relacionadas com o Balé de Teresina. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato. DATA DA ASSINATURA: 18 DE MAIO DE 2021. Assinam: Scheyvan Xavier Lima, Presidente da FMC, e, Francisca das Chagas Silva - Contratada.

Superintendência de Desenvolvimento Rural

ATA REGISTRO PREÇOS 005/2020. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTALSUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS-CODANORTE, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 19.193.527/0001-08, COM SEDE NA RUA TUPIS, Nº 437, 1º ANDAR, MELO – MONTES CLAROS/MG, A SEGUIRDENOMINADO CODANORTE, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU PRESIDENTE SR., NOS TERMOS DA LEIFEDERAL Nº 8.666/93, LEI FEDERAL Nº 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS APRESENTADO PELA EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº05.340.639/0001-30, SITUADA NA CALÇADA CANOPO,N° 11, 2° ANDA, SALA 03, CENTRO DE APOIO II, ALPHA VILLE, SANTANA DE PARAIBA/SP SEGUIR DENOMINADA FORNECEDOR, CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU PROCURADOR SR. ANDRÉ DAIVID RODRIGUES DE LIMA, INSCRITO NO CPF SOB O N° 309.935.868-13, COM ENDEREÇO COMERCIAL A RUA AÇU, N° 47, LOTEAMENTO ALPHAVILLE EMPRESARIAL, CAMPINAS/SP, RESOLVEM ASSINAR A PRESENTE ATA, COMO ESPECIFICADO NO SEU OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020, NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020, DO TIPO MENOR PREÇO APURADO, OBSERVANDO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E DEMAIS NORMAS PERTINENTES, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR PACTUADAS: 1. DO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE REPOSIÇÃO, COM IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO PARA GESTÃO DE FROTA, POR MEIO DE INTERNET, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA ATENDER A FROTA AUTOMOTIVA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE. PARÁGRAFO ÚNICO - INTEGRAM ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, COMO SE NELA ESTIVESSEM TRANSCRITOS, O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL DE LICITAÇÃO E A PROPOSTA COMERCIAL APRESENTADA PELACONTRATADA NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020.2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DE SEU EXTRATO. NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 15 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, O CODANORTE NÃO SERÁ OBRIGADO A EFETUAR A AQUISIÇÃO, EXCLUSIVAMENTE POR SEU INTERMÉDIO, OS PRODUTOS REFERIDOS NA CLÁUSULA PRIMEIRA, PODENDOUTILIZAR PARA TANTO, OUTROS MEIOS, DESDE QUE PERMITIDOS POR LEI, SEM QUE DE FATO, CAIBA RECURSO OU INDENIZAÇÃO DE QUALQUER ESPÉCIE À EMPRESA DETENTORA. 3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS O GERENCIAMENTO DESTE INSTRUMENTO CABERÁ AO CODANORTE, NO SEU ASPECTO OPERACIONAL E À COORDENAÇÃO JURÍDICA DE LICITAÇÕES, NAS QUESTÕES LEGAIS. 4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO OS ITENS, AS ESPECIFICAÇÕES, UNIDADES E OS PREÇOS UNITÁRIOS ESTÃO REGISTRADOS NESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ENCONTRAM-SE INDICADOS NA TABELA ABAIXO:

EXPECTATIVA DE GASTOS POR MUNICÍPIO:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO SEM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PERCENTUAL DATAXA	VALOR EM R$	VALOR TOTAL COMPERCENTUAL DE DESCONTO/ TAXA
01	FORNECIMENTO PARCELADO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS ORIGINAIS NOVAS, PRIMEIRO USO, NECESSÁRIAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.	R$800.000,00	*	*	*
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO GERAL PREVENTIVAE CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.	R$ 300.000,00	*	*	*
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO SEM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PERCENTUAL/ TAXA	VALOR DA TAXA EM R$	VALOR TOTAL COMTAXA
03		1.100.000,00	-22,28%	-R$245.080 (NEGATIVOS)	R$855.000,00

EXPECTATIVA DE GASTOS PARA OS 59 MUNICÍPIOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADOSEM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PERCENTUAL DEDESCONTO	VALOR DO DESCONTOEM R$	VALOR TOTAL COM PERCENTUAL DE DESCONTO/ TAXA
01	FORNECIMENTO PARCELADO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS ORIGINAIS NOVAS, PRIMEIRO USO, NECESSÁRIAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CODANORTE.	R$ 47.200.000,00	*	*	*
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO GERAL PREVENTIVAE CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CODANORTE.	R$ 17.700,000,00	*	*	*
VALOR TOTAL ESTIMADO		R$ 64.900.000,00	------	-------	--------
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADOSEM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PERCENTUAL/ TAXA	VALOR DA TAXA EMR$	VALOR TOTAL COMTAXA
03	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	R$ 64.900.000,00	-22,28%	-R$14.459.720,00 (NEGATIVOS)	R$50.440.280,00

OS VALORES ACIMA PODERÃO EVENTUALMENTE SOFRER REVISÃO (AUMENTO OU DECRÉSCIMOS) NAS SEGUINTES HIPÓTESES: A) PARA MAIS, VISANDO RESTABELECER O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO INICIAL DESTA ATA, NA HIPÓTESE DE SOBREVIR FATOS SUPERVENIENTES IMPREVISÍVEIS, OU PREVISÍVEIS, PORÉM, DE CONSEQUÊNCIAS INCALCULÁVEIS, RETARDADORES OU IMPEDITIVOS DA EXECUÇÃO DO AJUSTADO, OU AINDA, EM CASO DE FORÇA MAIOR, CASO FORTUITO, FATO DO PRÍNCIPE E FATO DA ADMINISTRAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 65, II, "D" E § 5º DA LEI 8.666/93; B) PARA MENOS, NA HIPÓTESE DO VALOR CONTRATADO FICAR MUITO SUPERIOR AO VALOR DO MERCADO, OU, AINDA, QUANDO OCORRER O FATO DO PRÍNCIPE PREVISTO NO ART. 65, § 5º DA LEI 8.666/93.A REVISÃO DE PREÇOS SERÁ FEITA COM FUNDAMENTO EM PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E/OU PREÇO DE MERCADO; NOS PREÇOS SUPRACITADOS ESTÃO INCLUÍDAS TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO (TRIBUTOS, SEGUROS, ENCARGOS SOCIAIS, ETC.). 5. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOSCOMPARECER QUANDO CONVOCADO NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA CONVOCAÇÃO FORMAL, PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SOB PENA DE MULTA DE 2% (DOIS POR CENTO) AO DIA, SOBRE O VALOR A ELA ADJUDICADO. O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO. SE O LICITANTE VENCEDOR RECUSAR-SE A ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS INJUSTIFICADAMENTE SERÁ APLICADA À REGRA SEGUINTE: QUANDO O PROPONENTE VENCEDOR NÃO APRESENTAR SITUAÇÃO REGULAR, NO ATO DA ASSINATURA DA ATA, SERÁ CONVOCADO OUTRO LICITANTE, OBSERVADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA CELEBRAR O CONTRATO, E ASSIM SUCESSIVAMENTE, SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CABÍVEIS NA LEI 8.666/93, 10.520/02 E DEMAIS DISPOSIÇÕES VIGENTES. NO CASO DE DESCUMPRIMENTO (NÃO ASSINATURA), O CODANORTE SE RESERVA NO DIREITO DE CONVOCAR OUTRO LICITANTE, OBSERVADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA ASSINAR A ATA, SENDO ESTE O NOVO DETENTOR. NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSTARÃO TODAS AS OBRIGAÇÕES, DIREITOS E DEVERES ESTABELECIDOS NO EDITAL. A MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, A SER ASSINADA PELO LICITANTE VENCEDOR, ESTARÁ DISPONÍVEL NO SETOR DE LICITAÇÕES DO CODANORTE. É VEDADO REAJUSTES DE PREÇOS/DESCONTOS ANTES DE DECORRIDO 12 (DOZE) MESES DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. OS PREÇOS/DESCONTOS REGISTRADOS MANTER-SE-ÃO INALTERADOS PELO PERÍODO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ADMITIDA A REVISÃO NO CASO DE DESEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA INICIAL DESTE INSTRUMENTO A PARTIR DE DETERMINAÇÃO ESTATAL, CABENDO-LHE NO MÁXIMO O REPASSE DO PERCENTUAL DETERMINADO. OS REAJUSTES PERMITIDOS PELO ARTIGO 65, DA LEI N. 8.666/93, SERÃO CONCEDIDOS DEPOIS DE DECORRIDO 12 (DOZE) MESES DA VIGÊNCIA DA ATA, POR PROVOCAÇÃO DOS ÓRGÃOS/ ENTIDADES ADESAS, QUE DEVERÃO COMPROVAR ATRAVÉS DE PERCENTUAIS DO INPC/ FGV, O REAJUSTE PLEITEADOOS PREÇOS REGISTRADOS QUE SOFREREM REVISÃO NÃO PODERÃO ULTRAPASSAR OS PREÇOS PRATICADOS NOMERCADO, MANTENDO-SE A DIFERENÇA PERCENTUAL APURADA ENTRE O VALOR ORIGINALMENTE CONSTANTE DA PROPOSTA E AQUELE VIGENTE NO MERCADO À ÉPOCA DO REGISTRO. CASO O PREÇO REGISTRADO SEJA SUPERIOR À MÉDIA DOS PREÇOS DE MERCADO, O CODANORTE SOLICITARÁ AO FORNECEDOR/CONSIGNATÁRIA, MEDIANTE CORRESPONDÊNCIA, REDUÇÃO DO PREÇO REGISTRADO, DE FORMA A ADEQUÁ-LO AO PRATICADO NO MERCADO. FRACASSADA A NEGOCIAÇÃO COM O PRIMEIRO COLOCADO, O CODANORTE PODERÁ RESCINDIR ESTA ATA E CONVOCAR, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E PELO PREÇO DO 1º (PRIMEIRO) COLOCADO, AS DEMAIS EMPRESAS COM PREÇOS REGISTRADOS, CABENDO RESCISÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NOVALICITAÇÃO EM CASO DE FRACASSO NA NEGOCIAÇÃO. SERÃO CONSIDERADOS COMPATÍVEIS COM OS DE MERCADO OS PREÇOS REGISTRADOS QUE FOREM IGUAIS OUINFERIORES À MÉDIA DAQUELES APURADOS PELO SETOR DEMANDANTE, NA PESQUISA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ SER CANCELADA DE PLENO DIREITO, NAS SEGUINTES SITUAÇÕES:QUANDO O FORNECEDOR/CONSIGNATÁRIO NÃO CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E DA ATA DEREGISTRO DE PREÇOS; QUANDO O FORNECEDOR/CONSIGNATÁRIO DER CAUSA A RESCISÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO OU NOTA DE EMPENHO DECORRENTE DESTE REGISTRO DE PREÇOS, NAS HIPÓTESES PREVISTAS NOS INCISOS DE I A XII, XVII E XVIII, DO ART. 78 DA LEI 8.666/93; EM QUALQUER HIPÓTESE DE INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO OU NOTA DE EMPENHO DECORRENTE DESTE REGISTRO; OS PREÇOS REGISTRADOS SE APRESENTAREM SUPERIORES AOS PRATICADOS NO MERCADO; POR RAZÕES DEINTERESSE PÚBLICOS DEVIDAMENTE DEMONSTRADOS E JUSTIFICADOS. OCORRENDO CANCELAMENTO DO PREÇO/DESCONTO REGISTRADO, O FORNECEDOR SERÁ INFORMADO POR CORRESPONDÊNCIA, A QUAL SERÁ JUNTADA AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. NO CASO DE SER IGNORADO, INCERTO OU INACESSÍVEL O ENDEREÇO DO FORNECEDOR, A COMUNICAÇÃO SERÁ FEITA POR PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL, CONSIDERANDO-SE CANCELADO O PREÇO REGISTRADO A PARTIR DA ÚLTIMA PUBLICAÇÃO. A SOLICITAÇÃO DO FORNECEDOR PARA CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS PODERÁ NÃO SER ACEITA PELO ÓRGÃO/ENTIDADE, FACULTANDO-SE A ESTE NESTE CASO, A APLICAÇÃO DAS PENALIDADES PREVISTAS EM EDITAL. CASO O CODANORTE/MUNICÍPIO NÃO SE UTILIZE DA PRERROGATIVA DE CANCELAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO, A SEU EXCLUSIVO CRITÉRIO, PODERÁ SUSPENDER A SUA EXECUÇÃO E/OU SUSTAR O PAGAMENTO DAS FATURAS, ATÉ QUE O FORNECEDOR CUMPRA INTEGRALMENTE A CONDIÇÃO CONTRATUAL INFRINGIDA. TODAS AS ALTERAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS SERÃO REGISTRADAS POR INTERMÉDIO DE LAVRATURA DE TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO. É VEDADO CAUCIONAR OU UTILIZAR A ATA DECORRENTE DO REGISTRO DE PREÇOS PARA QUALQUER OPERAÇÃO FINANCEIRA SEM A PRÉVIA E EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DO CODANORTE. 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA APÓS A HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO, COMPARECER QUANDO CONVOCADO NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DA CONVOCAÇÃO FORMAL, PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL/NOTA DE EMPENHO, SOB PENA DE MULTA DE 2% (DOIS POR CENTO) AO DIA, SOBRE O VALOR CONTRATADO; CUMPRIR A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DASUA PUBLICAÇÃO; EFETUAR O FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO DEFINIDO NAS ESPECIFICAÇÕES; A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ FORNECER OS SERVIÇOS/PRODUTO COM PREÇO POR QUANTIDADE DETERMINADO NO PROCESSO LICITATÓRIO. PRESTAR ESCLARECIMENTOS QUE FOREM SOLICITADOS PELO ÓRGÃO/ENTIDADE, CUJAS RECLAMAÇÕES SE OBRIGAM A ATENDER PRONTAMENTE, BEM COMO DAR CIÊNCIA, IMEDIATAMENTE E POR ESCRITO, DE QUALQUER ANORMALIDADE QUE VERIFICAR QUANDO DA EXECUÇÃO DA ATA; ACEITAR OS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS, ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO VALOR INICIAL ATUALIZADO DO OBJETO ADJUDICADO, DEVENDO SUPRESSÕES ACIMA DESSE LIMITE SER RESULTANTES DE ACORDO ENTRE AS PARTES;OS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES ATÉ 25% SERÃO APLICADOS AUTOMATICAMENTE NA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.A FALTA DO FORNECIMENTO CUJA PRESTAÇÃO INCUMBE AO DETENTOR DO PREÇO REGISTRADO, NÃO PODERÁ SER ALEGADO

COMO MOTIVO DE FORÇA MAIOR PARA ATRASO, MÁ EXECUÇÃO OU INEXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTA ATA E NÃO A EXIMIRÁ DA PENALIDADE A QUE ESTÁ SUJEITA PELO NÃO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS;DISPOR-SE A TODA E QUALQUER FISCALIZAÇÃO, NO TOCANTE A ENTREGA DOS SERVIÇOS, ASSIM COMO AOCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NO CONTRATO DEFINIDOS E CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA, DESTE PROCESSO LICITATÓRIO;INDENIZAR TERCEIROS E/OU O ÓRGÃO/ENTIDADE, MESMO EM CASO DE AUSÊNCIA OU OMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE SUA PARTE, POR QUAISQUER DANOS OU PREJUÍZOS CAUSADOS, DEVENDO A CONTRATADA ADOTAR TODAS AS MEDIDAS PREVENTIVAS, COM FIEL OBSERVÂNCIA ÀS EXIGÊNCIAS DAS AUTORIDADES COMPETENTES E ÀS DISPOSIÇÕES LEGAIS VIGENTES; RESPONDE A CONTRATADA NOS CASOS DE QUALQUER TIPO DE AUTUAÇÃO OU AÇÃO QUE VENHA A SOFRER EM DECORRÊNCIA DO FORNECIMENTO EM QUESTÃO, BEM COMO PELOS CONTRATOS DE TRABALHO DE SEUS EMPREGADOS, QUE ENVOLVAM EVENTUAIS DECISÕES JUDICIAIS, EXIMINDO O ÓRGÃO/ENTIDADE DE QUALQUER SOLIDARIEDADE OU RESPONSABILIDADE; COMUNICAR IMEDIATAMENTE AO CODANORTE/MUNICÍPIO QUALQUER ALTERAÇÃO OCORRIDA NO ENDEREÇO, CONTA BANCÁRIA E OUTROS JULGÁVEIS NECESSÁRIOS PARA RECEBIMENTO DE CORRESPONDÊNCIA; QUANDO HOUVER A NECESSIDADE DE SE REALIZAR A MANUTENÇÃO DE VEÍCULO, A CONTRATADA DEVERÁ SUBSTITUÍ-LO POR OUTRO SEMELHANTE, EQUIVALENTE OU SUPERIOR. DEMAIS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES PREVISTAS NA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, E NA LEI Nº 10.520/2002. OFERECER SISTEMA QUE POSSIBILITE A REALIZAÇÃO DE ORÇAMENTOS COM INTERFERÊNCIA DA ADMINISTRADORA E SEM INTERFERÊNCIA DA ADMINISTRADORA; AS EMPRESAS CREDENCIADAS À ADMINISTRADORA DEVERÃO APRESENTAR OS ORÇAMENTOS SOLICITADOS, NO PRAZO MÁXIMO DE 24H(VINTE E QUATRO HORAS) APÓS A SOLICITAÇÃO; A EMPRESA ADMINISTRADORA DEVERÁ ORIENTAR AS EMPRESAS CREDENCIADAS A CUMPRIREM O PRAZO INDICADO NESTE EDITAL, SOB PENA DE SER PENALIZADA NOS TERMOS DO ARTIGO 7º, DA LEI 10.520/2002;A EMPRESA ADMINISTRADORA DEVERÁ ORIENTAR OS CONTRATANTES NO SENTIDO DE UTILIZAREM O SISTEMA PARA OBTENÇÃO DOS ORÇAMENTOS. 7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE ADERIR À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DETERMINAR A EXECUÇÃO DO OBJETO QUANDO HOUVER GARANTIA REAL DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA A QUITAÇÃO DE SEUS DÉBITOS FRENTE À CONSIGNATÁRIA/ CONTRATADA,SOB PENA DE ILEGALIDADE DOS ATOS;EMITIR ORDEM DE FORNECIMENTO ESTABELECENDO QUANTIDADE, LOCAL E DEMAIS INFORMAÇÕES QUE ACHAR PERTINENTES PARA O BOM CUMPRIMENTO DO OBJETO;RECEBER O OBJETO ADJUDICADO, NOS TERMOS, PRAZOS, QUANTIDADE, QUALIDADE E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE PROCESSO LICITATÓRIO;PROPORCIONAR TODAS AS FACILIDADES INDISPENSÁVEIS À BOA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, INCLUSIVE PERMITINDO O ACESSO DE EMPREGADOS, PREPOSTOS OU REPRESENTANTES DA CONTRATADA ÀS DEPENDÊNCIAS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE ADESO AO REGISTRO; EFETUAR O PAGAMENTO, A PARTIR DA APRESENTAÇÃO DA RESPECTIVA NOTA FISCAL JUNTAMENTE COM AS CERTIDÕES NEGATIVAS DO FGTS, INSS E CNDT; DESIGNAR, SERVIDOR GESTOR DO CONTRATO, AO QUAL CABERÁ A RESPONSABILIDADE DE ACOMPANHAR, FISCALIZAR E AVALIAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE; FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS PELA CONTRATADA; COMUNICAR À EMPRESA SOBRE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES OBSERVADAS NA REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, PARA IMEDIATA CORREÇÃO; NOTIFICAR A CONTRATADA DE QUALQUER IRREGULARIDADE ENCONTRADA NO FORNECIMENTO DO OBJETO; PROPORCIONAR TODAS AS FACILIDADES INDISPENSÁVEIS À BOA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, INCLUSIVE PERMITINDO O ACESSO DE EMPREGADOS, PREPOSTOS OU REPRESENTANTES DA CONTRATADA ÀS DEPENDÊNCIAS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE ADESO AO REGISTRO. 8 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AS DESPESAS DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO, OBJETO DESTA LICITAÇÃO, CORRERÃO A ÉPOCA DA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O DECRETO Nº 7.892/2013 (ARTIGO 7º, PARÁGRAFO 2º).9 DO PAGAMENTO O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO PELO CONTRATANTE EM FAVOR DA CONTRATADA NO PRAZO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIASAPÓS A APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA DEVIDAMENTE ATESTADA PELO FISCAL DO CONTRATANTE.A CONTRATADA DEVERÁ INDICAR NO CORPO DA NOTA FISCAL/FATURA, DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS. DEVERÁ APRESENTAR A NOTA FISCAL DE ENTRADA DO PRODUTO/PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NO ATO DA LIQUIDAÇÃO,PROCEDIMENTO DE CONFERÊNCIA, DE ACORDO COM O QUE DETERMINA A LEI 4.320/64, ART. 3º, § 2º, I. CASO CONSTATADO ALGUMA IRREGULARIDADE NAS NOTAS FISCAIS/FATURAS, ESTAS SERÃO DEVOLVIDAS A CONTRATADA, PARA AS NECESSÁRIAS CORREÇÕES, COM AS INFORMAÇÕES QUE MOTIVARAM SUA REJEIÇÃO, CONTANDO-SE O PRAZO PARA PAGAMENTO DA DATA DA SUA REAPRESENTAÇÃO. A OMISSÃO DE QUALQUER DESPESA NECESSÁRIA À ENTREGA DOS MATERIAIS/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO EXISTENTE OU JÁ INCLUÍDA NOS PREÇOS, NÃO PODENDO A LICITANTE PLEITEAR ACRÉSCIMO APÓS A ENTREGA DAS PROPOSTAS. NENHUM PAGAMENTO ISENTARÁ O FORNECEDOR/CONTRATADA DAS SUAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES, NEM IMPLICARÁ ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO FORNECIMENTO. O CONTRATANTE NÃO EFETUARÁ PAGAMENTO DE TÍTULO DESCONTADO, OU POR MEIO DE COBRANÇA EM BANCO, BEM COMO, OS QUE FOREM NEGOCIADOS COM TERCEIROS POR INTERMÉDIO DA OPERAÇÃO DE “FACTORING”. AS DESPESAS BANCÁRIAS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIA DE VALORES PARA OUTRAS PRAÇAS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA. NÃO SERÃO EFETUADOS QUAISQUER PAGAMENTOS ENQUANTO PERDURAR PENDÊNCIA DE LIQUIDAÇÃO DE OBRIGAÇÕES, EM VIRTUDE DE PENALIDADES IMPOSTAS À CONTRATADA, OU INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL. 10 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ SER CANCELADA DE PLENO DIREITO, NAS SEGUINTES SITUAÇÕES: A) QUANDO O FORNECEDOR/CONSIGNATÁRIA NÃO CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES CONSTANTES NESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, NO EDITAL E SEUS ANEXOS; B) QUANDO O FORNECEDOR/CONSIGNATÁRIA DER CAUSA A RESCISÃO ADMINISTRATIVA DA NOTA DE EMPENHO DECORRENTE DESTE REGISTRO DE PREÇOS, NAS HIPÓTESES PREVISTAS NOS INCISOS DE I A XII, XVII E XVIII DO ART. 78 DA LEI 8.666/93; C) EM QUALQUER HIPÓTESE DE INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DA NOTA DE EMPENHO DECORRENTE DESTE REGISTRO; D) OS PREÇOS REGISTRADOS SE APRESENTAREM SUPERIORES AOS PRATICADOS NO MERCADO; E) POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICAS DEVIDAMENTE DEMONSTRADAS E JUSTIFICADAS; 11. DAS PENALIDADES O DESCUMPRIMENTO INJUSTIFICADO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NOS TERMOS DO EDITAL E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SUJEITA A CONTRATADA, A JUÍZO DA ADMINISTRAÇÃO, GARANTIDA A PRÉVIA E AMPLADEFESA, À MULTA MORATÓRIA DE 0,5% (MEIO POR CENTO) POR DIA DE ATRASO, ATÉ O LIMITE DE 10% (DEZ POR CENTO), SOBRE O VALOR CONTRATADO, CONSOANTE O *CAPUT* E §§ DO ART. 86 DA LEI 8.666/93. A MULTA PREVISTA NO ITEM ACIMA SERÁ DESCONTADA DOS CRÉDITOS QUE A CONTRATADA POSSUIR COM O ÓRGÃO/ENTIDADE E PODE CUMULAR COM AS DEMAIS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, INCLUSIVE COM AS MULTAS PREVISTAS. SE A ADJUDICATÁRIA RECUSAR-SE A ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E RETIRAR A NOTA DE EMPENHO INJUSTIFICADAMENTE OU SE NÃO APRESENTAR SITUAÇÃO

REGULAR NO ATO DA FEITURA DA MESMA, GARANTIDA A PRÉVIA E AMPLA DEFESA, SUJEITA-SE ÀS SEGUINTES PENALIDADES:A) ADVERTÊNCIA POR ESCRITO;B) MULTA DE ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR ADJUDICADO;C) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM AADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR PRAZO DE ATÉ 02 (DOIS) ANOS, D)DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A LICITANTE, ADJUDICATÁRIA OU CONTRATADA QUE DEIXAR DE ENTREGAR OU APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA EXIGIDA PARA O CERTAME, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DE SEU OBJETO, NÃO MANTIVER A PROPOSTA, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO OU COMETER FRAUDE FISCAL, GARANTIDA PRÉVIA E AMPLA DEFESA, FICARÁ IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR COM CODANORTE/MUNICÍPIO PELO PRAZO DE ATÉ DOIS ANOS, SEM PREJUÍZO DA AÇÃO PENAL CORRESPONDENTE NA FORMA DA LEI. CASO A DETENTORA DA ATA, NÃO POSSUA NENHUM VALOR A RECEBER DO ÓRGÃO/ENTIDADE ADESO, SER-LHE-Á CONCEDIDO O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DE SUA INTIMAÇÃO, PARA EFETUAR O PAGAMENTODA MULTA. APÓS ESSE PRAZO, RESPEITADO O DIREITO DE AMPLA DEFESA, NÃO SENDO EFETUADO O PAGAMENTO, SEUS DADOS SERÃO ENCAMINHADOS AO ÓRGÃO COMPETENTE PARA QUE SEJA INSCRITA NA DÍVIDA ATIVA DO CODANORTE /MUNICÍPIO, PODENDO, AINDA O ÓRGÃO/ENTIDADE PROCEDER À COBRANÇA JUDICIAL. DO ATO QUE APLICAR A PENALIDADE CABERÁ RECURSO, NO PRAZO DE 03(TRES) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DA CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO, PODENDO A ADMINISTRAÇÃO RECONSIDERAR SUA DECISÃO OU NESSE PRAZO ENCAMINHÁ-LO DEVIDAMENTE INFORMADO PARA A APRECIAÇÃO E DECISÃO SUPERIOR, DENTRO DO MESMO PRAZO. SERÃO PUBLICADAS AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NESTA SEÇÃO, INCLUSIVE A REABILITAÇÃO PERANTEA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AS MULTAS PREVISTAS NESTA SEÇÃO NÃO EXIMEM A ADJUDICATÁRIA DA REPARAÇÃO DOS EVENTUAIS DANOS, PERDAS OU PREJUÍZOS QUE SEU ATO PUNÍVEL VENHA CAUSAR AO ÓRGÃO. A APLICAÇÃO DAS MULTAS SERÁ FEITA PELOS ÓRGÃOS/ENTIDADES QUE FIZEREM ADESÃO E O CANCELAMENTO E/OU SUSPENSÃO PELO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. DE ACORDO COM O ESTABELECIDO EM LEI, PODERÃO SER ACRESCIDAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS EM INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E NO CONTRATO. 12. DISPOSIÇÕES FINAIS AS PARTES FICAM, AINDA, ADSTRITAS ÀS SEGUINTES DISPOSIÇÕES: I-TODAS AS ALTERAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS SERÃO REGISTRADAS POR INTERMÉDIO DE LAVRATURA DETERMO ADITIVO A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. II-VINCULAM-SE A ESTA ATA, PARA FINS DE ANÁLISE TÉCNICA, JURÍDICA E DECISÃO SUPERIOR O EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2020 E SEUS ANEXOS E AS PROPOSTAS DAS CLASSIFICADAS. III-É VEDADO CAUCIONAR OU UTILIZAR ESTA ATA DECORRENTE DO PRESENTE REGISTRO PARA QUALQUER OPERAÇÃO FINANCEIRA, SEM PRÉVIA E EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE DA ADMINISTRAÇÃO. 13. DO FORO AS PARTES CONTRATANTES ELEGEM O FORO DA COMARCA DE MONTES CLAROS/MG COMO COMPETENTE PARA DIRIMIR QUAISQUER QUESTÕES ORIUNDAS DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, INCLUSIVE OS CASOS OMISSOS, QUE NÃO PUDEREM SER RESOLVIDOS PELA VIA ADMINISTRATIVA, RENUNCIANDO A QUALQUER OUTRO,POR MAIS PRIVILEGIADO QUE SEJA. MONTES CLAROS, 27 DE MAIO DE 2020. ASSINAM JOÃO MANOEL RIBEIRO PRESIDENTE CODANORTE E ANDRÉ DAIVID RODRIGUES DE LIMA PELA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

Superintendência de Ações Administrativas Descentralizadas - SUL

EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRAZO N.º 06 AO CONTRATO Nº. 41/2019-SDU-SUL. CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS SUL-SAAD/SUL. CONTRATADA: EMPRESA FERREIRA & PEREIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA-ME. ESPÉCIE: TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 06 AO CONTRATO Nº. 41/2019. OBJETO: OS PRAZOS CONSTANTES NA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DOS PRAZOS) DO CONTRATO Nº 41/2019, SERÃO PRORROGADOS POR MAIS 90 (NOVENTA) DIAS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO, COM NOVO TERMO FINAL EM 21/11/2021, CONFORME SOLICITAÇÃO VIA DESPACHO 126/2021-GOS-FISCALIZAÇÃO- SAAD-SUL, CONSTANTES NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00070.001425/2021-75, E COM AMPARO NO ART.57, I DA LEI FEDERAL N° 8.666 DE 1993. DATA DA ASSINATURA: 13 DE MAIO DE 2021. ASSINAM: PELA CONTRATANTE, SR. ALIPIO RIBEIRO DE PAIVA FILHO, SUPERINTENDENTE DA SAAD-SUL, E PELA CONTRATADA, SR. MARCOS AURÉLIO SOARES FERREIRA.

EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRAZO N.º 04 AO CONTRATO Nº. 12/2020-SDU-SUL. CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS SUL-SAAD/SUL. CONTRATADA: EMPRESA COTA CONSTRUÇÕES EIRELI-ME. ESPÉCIE: TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 04 AO CONTRATO Nº. 12/2020. OBJETO: OS PRAZOS CONSTANTES NA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DOS PRAZOS) DO CONTRATO Nº 12/2020, SERÁ ACRESCIDO POR MAIS 90 (NOVENTA) DIAS DE EXECUÇÃO, COM TERMINO FINAL EM 20/07/2021, E EM MAIS 144 (CENTO E QUARENTA E QUATRO) DIAS DE VIGÊNCIA, COM TÉRMINO FINAL EM 02/11/2021, CONFORME SOLICITAÇÃO DA GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS-GOS, VIA DESPACHO-GOS-FISCALIZAÇÃO- SAAD-SUL E AUTORIZAÇÃO DESTA SUPERINTENDÊNCIA, CONSTANTES NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00070.1667/2021-40, E COM AMPARO NO ART.57, I DA LEI FEDERAL N° 8.666 DE 1993. DATA DA ASSINATURA: 19 DE MAIO DE 2021. ASSINAM: PELA CONTRATANTE, SR. ALIPIO RIBEIRO DE PAIVA FILHO, SUPERINTENDENTE DA SAAD-SUL, E PELA CONTRATADA, SR. VITOR MENDES FERNANDES.

EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRAZO N.º 03 AO CONTRATO Nº. 14/2020-SDU-SUL. CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS SUL-SAAD/SUL. CONTRATADA: EMPRESA CONSTEL CONSTRUÇÕES CIVIS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.-ME. ESPÉCIE: TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 03 AO CONTRATO Nº. 14/2020. OBJETO: OS PRAZOS CONSTANTES NA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DOS PRAZOS) DO CONTRATO Nº 14/2020, SERÁ ACRESCIDO POR MAIS 60 (SESSENTA) DIAS EM EXECUÇÃO, COM TERMINO NA DATA 14/10/2021, E EM 223 (DUZENTOS E VINTE E TRÊS) DIAS EM VIGÊNCIA, COM TÉRMINO NA DATA DE 27/01/2022, CONFORME SOLICITAÇÃO DA GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS-GOS, VIA DESPACHO 132/2021-GOS-FISCALIZAÇÃO- SAAD-SUL E AUTORIZAÇÃO DESTA SUPERINTENDÊNCIA, CONSTANTES NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00070.001620/2021-48, E COM AMPARO NO ART.57, I DA LEI FEDERAL N° 8.666 DE 1993. DATA DA ASSINATURA: 21 DE MAIO DE 2021. ASSINAM: PELA CONTRATANTE, SR. ALIPIO RIBEIRO DE PAIVA FILHO, SUPERINTENDENTE DA SAAD-SUL, E PELA CONTRATADA, SR. DIOGO VIDAL MENESES.

EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRAZO N.º 03 AO CONTRATO Nº. 24/2020-SDU-SUL. CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS SUL-SAAD/SUL. CONTRATADA: EMPRESA CONSTEL CONSTRUÇÕES CIVIS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.-ME. ESPÉCIE: TERMO ADI-